



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

DIVISÃO DE LICITAÇÕES – EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 038/2023

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 001/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aerolevanteamento, conforme as as descrições constantes no anexo I do edital.

OBJETO DETALHADO: Contratação de empresa visando a aquisição e implementação de software, projeto de modernização e gestão pública com inteligência fiscal para Prefeitura Municipal de Capela do Alto/SP.

JUSTIFICATIVA: A Contratação de empresa para prestação de serviço de aerolevanteamento, se faz necessária para o levantamento, delimitação e mapeamento da área total do Cemitério Municipal, Postes e novos cadastros de lotes do município de Capela do Alto/SP. Sendo que, este serviço é de extrema importância para regularização desta área, para uma melhor administração, organização e cobranças de taxas por parte do Município.

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/03/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: as 14h00min

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de Licitações – Praça São Francisco, 26 – Centro – Capela do Alto - telefone (15) 3267-8812. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por Portaria. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das interessadas.

ESCLARECIMENTOS: Divisão de Licitações – Praça São Francisco, 26 – centro – Capela do Alto - SP, telefone 15 3267-8812, e-mail: licitacao2@capeladoalto.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados às licitantes em seus respectivos e-mails. O Prefeito Municipal de Capela do Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO (presencial), objetivando a Contratação de empresa especializada para atualização e regularização da base cartográfica e cadastral do município de Capela do Alto, conforme as as

Descrições constantes no anexo I do edital.

Este certame será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar.

Integram este Edital os anexos:

I - Termo de Referência;

II - Proposta Comercial;

III - Minuta de Contrato

IV - Modelo de Declaração de Habilitação;

V - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

VI - Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

VII - Modelo de declaração de idoneidade e de inexistência fato superveniente;

VIII - Modelo de Declaração de Responsabilidade;

IX - Declaração de Visita Técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

1- CONSIDERAÇÃO INICIAL

O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

1.2 - O custo para a prestação de serviços e os respectivos valores máximos foi apurado mediante pesquisas de preços (média) praticados no mercado local e regional.

1.3 O valor estimado da presente licitação é no **valor de R\$ 230.666,66** (duzentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

2- PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar deste pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam as exigências de habilitação.

2.1.1- Os interessados que estejam em recuperação judicial, podem participar da licitação, desde que, durante a fase de habilitação, apresente Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente em pleno vigor.

2.2- Não será permitida a participação:

2.2.1- De empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2- De consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3- Daqueles que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.2.4- De empresas impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

2.2.5- Que tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3- CREDENCIAMENTO

3.1- Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

3.1.1- Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma do item "a" acima;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

f) Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.1.2- Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

Declaração de idoneidade e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **DENTRO** do Envelope nº 2 (Habilitação).

3.1.3- Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 147/2014, que deverá ser feita de acordo com o modelo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

4- FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV**, deverá ser apresentada "**FORA**" dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

4.2 - A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Denominação da empresa:

Envelope nº 1 – Proposta de preços

Processo Administrativo 038/2023

Pregão Presencial nº 001/2023

Denominação da empresa:

Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

Processo Administrativo 038/2023

Pregão Presencial nº 001/2023

5- DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1- A PROPOSTA, nos termos do item 4.2, deverá ser apresentada digitado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, devendo conter:

5.1.1- A denominação, endereço, telefone, "e-mail" e o CNPJ do licitante;

5.1.2- Preço do item(ns) compatível com o objeto deste edital, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

a) O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais;

b) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último preço ofertado.

5.2.5- Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

5.2.6- Prazo de validade da proposta de no mínimo **60** (sessenta) dias.

6 – DA VISITA TÉCNICA

A visita técnica ao local de prestação de serviços É FACULTATIVA;

6.1 A empresa deverá indicar representante devidamente credenciado, para apresentar-se no local de execução dos serviços, para realização de visita técnica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

com o objetivo de cientificar-se das condições no qual serão realizados os serviços, para elaboração de sua proposta de preço.

6.1.1. A visita poderá ser realizada até 24 horas antes da sessão pública destinada à recepção dos envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação.

6.1.2 As empresas deverão agendar visita técnica ao local onde será prestados os serviços através de um representante do Departamento de Tributos, para agendamento (15) 3267-8290, segunda a sexta feira nos horários das 08:30h às 12h e das 13h às 16h.

6.1.3 A empresa receberá comprovante de sua visita técnica (Anexo IX) a ser fornecido pelo Departamento Tributos.

7 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para a habilitação todos licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a **Documentação Completa**, nos termos do item 4.2, na seguinte conformidade:

7.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- a.1)** Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor; apresentados com autenticações ou com a apresentação dos originais para certificação pelo agente público.
- a.2)** Certificado do MEI, no caso de Micro Empreendedor Individual.
- b) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- c) Os documentos relacionados no subitem "a" **não** precisarão constar do **Envelope nº 2 - Habilitação** se tiver sido apresentado para o credenciamento neste Pregão.
- d) O objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

7.2.2- QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

a) Prova de inscrição da empresa no Ministério da Defesa como entidade privada executante de aerolevanteamento, categoria "A".

• Tal exigência se faz necessária haja vista a realização de serviços de aerolevanteamento, atividade regulamentada pelos Decretos nº 2.278, de 17/7/1997 e Decreto-Lei 1.177, de 21/06/71.

a.1) Certidão de Registro e Quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, em nome da empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida por um desses órgãos da jurisdição da sede da licitante.

b) Comprovação de aptidão Técnico-Operacional nos termos do inciso II, artigo 30 da Lei nº 8.666/93 e previsão na Súmula n.º 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa tenha executado obras e serviços correspondente ao objeto licitado, conforme as parcelas de maior relevância a seguir descrita, não havendo a necessidade dos serviços serem contemplados em um único acervo:

- Vetorização;
- Aerolevanteamento;
- Fornecimento de sistema de informação geográfica;
- Criação de layers.

Quantitativo mínimo exigido 50%

c) Comprovação Técnico-Profissional da licitante: Possuir a pessoa jurídica licitante, na data



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

da apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior, no mínimo, pelos profissionais de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrimensor, Tecnólogo em Processamento de Dados, e Bacharel em Direito com OAB, para cada indicação será necessário apresentar comprovação de inscrição no conselho de classe competente (se for o caso), o diploma de graduação, vínculo com a licitante

c.1) Para comprovar que o profissional acima: A comprovação do vínculo dos profissionais deverá ser feita através da apresentação de um dos seguintes documentos: No caso de ser sócio proprietário da empresa, por meio da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial; No caso de empregado da empresa, por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante; No caso de profissionais que detenham vínculo por meio de contrato de prestação de serviços, a comprovação do vínculo profissional com a empresa se dará por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional a empresa proponente até a data prevista para a apresentação do documento, com firmas reconhecidas em cartório- conforme súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.2.3- REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade quanto aos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante, compatível com o objeto contratual para com as Fazendas Federal inclusive contribuições sociais, estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e

c2) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários **ou** Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa nos termos do artigo 642 -A da Consolidação das Leis do Trabalho.

f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;

f.1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

f.2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.3) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem f.2**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

7.2.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou empresário individual.
- b)** Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Constas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em Recuperação Judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico financeiras estabelecidos no edital.
- c)** Prova de possuir capital social ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação, mediante verificação dos atos constitutivos do licitante, admitida a atualização dos valores através de índices oficiais, conforme permitido pelo artigo 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- d)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada de forma objetiva pelo Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Grau do Endividamento (GE), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$ILC = AC/PC > \text{ou} = 1,0$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$ILG = AC + RPL + RPL / PC + ELP > \text{ou} = 1,0$$

GRAU DO ENDIVIDAMENTO:

$$GE = (PC + ELP) / AT < \text{ou} = 0,50$$

EM QUE:

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RPL = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

AT = ativo total

7.2.5- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor que dezesseis anos, Decreto Estadual nº 42.911, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

06.03.98 (**modelo ANEXO VI**);

b) Declaração de que inexistirá qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes; (**modelo ANEXO VII**).

c) Declaração de que apresentará em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato a comprovação de Inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A", como empresa especializada para os serviços de aerolevantamento, para as etapas de execução da cobertura aerofotogramétrica e seu processamento, nos termos da Portaria/MD n. 953/14 e Decreto-Lei 1.1777, de 21 de junho de 1971.

d) Declaração de que sagrando-se vencedora: Fornecerá Software próprio feito em PHP E LARAVEL (Linguagem de programação).

e) Declaração de que disponibilizará 1 (um) funcionário no município da contratação do serviço em tempo integral do contrato para trabalho de campo de recolhimento de dados do Cemitério, Postes e Municípios.

POSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.3.1- Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

7.3.2- Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

7.3.3- Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

7.3.4- Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

a) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens 6.2.1 a 6.2.5;

7.3.5- Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

7.3.6- O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos **sites** dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

8 DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1- No horário e local, indicados neste Edital, será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.

8.2- Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

8.3- O julgamento será feito pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e outros parâmetros definidos neste Edital;

8.3.1- Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o **preço por extenso**. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.4- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

8.4.1- Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

8.4.2- Que apresentem preço ou vantagem baseado exclusivamente em proposta ofertada pelos demais licitantes;

8.4.3- Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

8.5- Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

8.6- As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

8.6.1- Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superiores àquela; limitadas a três licitantes.

8.6.2- Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes; **8.6.3-** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;
a) O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.7- Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima de um por cento entre os lances**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá **sobre o preço global**.

8.8- A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.9- Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

8.9.1- Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5 %** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

8.9.2- A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

8.9.3- O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.9.4- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão retomados, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.9.1;

a) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no item 7.9.4, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

8.10- Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no subitem 7.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado. **8.11-** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

8.12- O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

8.13- Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**, decidindo motivadamente a respeito.

8.14- Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

8.15- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

8.16- A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada. **8.17-** Esta Prefeitura não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

8.18- Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado e declarado vencedor**.

8.19- Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

8.20- Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

8.21- O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgada necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1- Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2- Eventual impugnação, pedidos de esclarecimentos e recursos deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e **protocolada** na Divisão de Licitação; admitindo-se também por intermédio de e-mail: licitacao2@capeladoalto.sp.gov.br ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação dos originais no prazo de 48 horas;

9.2.1- Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

9.3- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas. **9.4-** Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

9.4.1- Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

9.4.2- O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.4.3- Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

9.4.4- Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolos, dirigidos ao Prefeito Municipal.

9.4.5- A ausência de manifestação imediata e motivada pela Licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao Licitante vencedor e no encaminhamento do processo a autoridade competente para homologação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

10 CONTRATAÇÃO

10.1- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **termo de contrato**, cuja **minuta** integra este Edital como **ANEXO III**;

10.1.1- Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o **Sistema de Seguridade Social (INSS)**, o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** e a **Fazenda Nacional** estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura Municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

a) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será **notificado** para, no prazo de **dois dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 9.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar;

10.1.2- O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato, no prazo de **cinco dias corridos** contados da **data da convocação**, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração da Prefeitura, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, na Lei 8.666/93 e suas alterações e na Lei 10.520/02.

10.1.3- Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a **regularidade fiscal**, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

a) Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1;

b) Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atenderem aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

10.2- A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

10.2.1 - A Comprovação de qualificação dos profissionais da empresa licitante, para a prestação dos serviços referidos no item 1, deve ser realizada através de registro do profissional e da empresa no referido órgão de classe e certificados de cursos relacionados aos serviços descritos no item 1.

10.2.2 - O vínculo profissional dos profissionais contratados pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

10.2.3 - Os documentos previstos nos itens 10.2.1 e 10.2.2 deverão ser apresentados na data de assinatura do contrato.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.2 - Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste edital, caberá a Contratante:

11.2.1 - Efetuar o pagamento dos valores contratados pela execução do serviço, desde que haja a apresentação da documentação que demonstre sua regularidade fiscal;

11.2.2 - Esclarecer eventuais dúvidas da Contratada com relação ao serviço objeto do Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

11.2.3 - Designar, por escrito, o funcionário responsável pela resolução de eventuais ocorrências envolvendo a execução do Contrato;

11.2.4 - Fiscalizar a execução do serviço objeto deste Contrato.

11.3 - Para efeito de alterações do cronograma, aumentos ou diminuições, o Departamento Municipal de Tributos, emitirá comunicado através de ofício.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1- Além das obrigações constantes em cláusulas próprias do Edital de Pregão Presencial nº 001/2023e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federais e municipais sobre as licitações, caberá a Contratada:

12.1.1- Designar, por escrito, o funcionário responsável para resoluções de eventuais ocorrências durante a execução do Contrato;

12.1.2- Zelar pela fiel execução do Contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

12.1.3- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

12.1.4- Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela Contratante;

12.1.5- Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

12.1.6- Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

12.1.7- Não suspender o cumprimento de suas obrigações e tolerar os possíveis atrasos de pagamentos, no prazo previsto no artigo 78, inciso XV da Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores);

12.1.8- Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.9- Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;

12.1.10- Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos pacientes, respeitando rigidamente de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade, cortesia na sua prestação, bem como realizar as obrigações que lhe competem;

12.1.11- Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por ele praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços contratados;

12.2- Os serviços deste edital deverão ser executados rigorosamente de acordo com o constante no objeto deste e conforme ordem de serviços a serem emitidas pelo Departamento Municipal de Tributos.

12.3- Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

12.4- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do **ANEXO I**, determinando sua substituição;

12.5- Determinar aplicações de sanções previstas em leis.

12.6- As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de dois dias úteis, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13- FORMA DE PAGAMENTO

13.1- O pagamento será efetuado em conta corrente da contratada em 28 (vinte e oito) dias, após a efetivação da entrega dos relatórios referente a cada período, devendo apresentar a respectiva Nota Fiscal, preenchida sem rasuras, contendo o nº da Nota de Empenho, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação, preço unitário e preço total do(s) produto(s), devidamente certificada pelo setor competente da Prefeitura responsável pelo recebimento do material.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

13.2- Só será iniciada a contagem de prazo para o efetivo pagamento, caso os documentos fiscais e outros solicitados pela administração não contenham erros.

13.3- A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta Prefeitura Municipal.

13.4- Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará os documentos de cobrança para o servidor designado pelo **CONTRATANTE**.

13.5- Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado à contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **2 (dois) dias úteis**;

13.5.1- Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

14 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, onerarão os recursos orçamentários e financeiros:

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Categoria Econômica
020309	04.123.0015.2015.0000	3.3.90.39.00

15 - SANÇÕES

15.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

15.1.1- Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, a Prefeitura aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantida a defesa prévia.

15.1.1.1- Advertência;

15.1.1.2- Multa de até 1,5% (uma vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias de atraso na entrega.

15.1.1.3- Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias pelo descumprimento a quaisquer cláusulas.

15.1.2- Em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a prefeitura a aplicar as sanções aqui prevista podendo o contrato ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

15.1.3- A recusa da licitante declarada vencedora em assinar o contrato, ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo previsto neste edital, caracterizará descumprimento integral das obrigações assumidas na proposta, sujeitando-a, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

15.1.4- O contrato será rescindido, se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93. 13.1.8- A aplicação das penalidades previstas neste edital e na LEI não exonera à inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

15.1.5- No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos do CONTRATANTE em aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação e os contratos.

15.1.6- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

15.1.7- A aplicação das penalidades não impede o CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2- O resultado do presente certame será divulgado no DOM.

16.3- Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município.

16.4- Após a celebração do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

16.5- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.6- Os preços registrados serão publicados no Diário Oficial do Município e na falta deste em Jornal Local de grande circulação.

16.7- Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

16.8- A Prefeitura de Capela do Alto poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.

16.9- Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Tatuí.

Capela do Alto/SP, 06 de Março de 2023.

PÉRICLES GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 038/2023

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 001/2023

1 – OBJETO – Contratação de empresa visando a aquisição e implementação de software, projeto de modernização e gestão pública com inteligência fiscal para Prefeitura Municipal de Capela do Alto/SP.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI. MEDIDA	QNT.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	SERV	9,
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL POSTES DE ILUMINAÇÃO	SERV	9,
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL NOVOS CADASTROS DE LOTES	SERV	9,

2 – CARACTERÍSTICAS

CEMITÉRIO

- 1 - Criar layer para cemitério;
- 2 - Criar formulário pop-up para administração/visualização de jazigos;
- 3 - Cria Backend - jazigos - gavetas - sepultamentos – exumações;
- 4 - Criar tela para manutenção / acompanhamento de jazigos e evolução dos mesmos;
- 5 - Criar relatório de jazigos / gavetas;
- 6 - Criação de Perfil de acesso - Funcionário da Cemitério;
- 7 - Importação dos dados Jazigos - Falecidos - Proprietários –Compromissários

POSTES

- 1- Criar layer para postes;
- 2- Criar formulário pop-up para abertura de chamados;
- 3- Criar Backend – chamados – tipificação inicial – abertura de pedidos de postes/problemas;
- 4- Envio de e-mail para Concessionária e contribuinte;
- 5- Criar tela para acompanhamento de chamados e evolução dos mesmos.
- 6- Criar relatório de chamados;
- 7- Criação de Perfil de acesso – Funcionário da Concessionária;
- 8- Opcional – Upload de foto do poste.

NOVOS CADASTROS

- 1 - Levantamento e Imageamento de núcleos consolidados fora do perímetro urbano e expansão urbana, e entrega de ortofoto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

- 2 - Vetorização dos lotes e construções, e inserção de informações dos lotes sem cadastro junto à prefeitura;
- 3 - Necessidade de ir a campo e coletar cópias de forma individualizada dos documentos pessoais e contratos que comprovem o vínculo com o imóvel a fim de dar respaldo ao cadastro.

3 - VISITA TÉCNICA

3.1 - A visita técnica ao local de prestação de serviços É FACULTATIVA;

3.2 - A licitante deverá agendar a visita junto ao Departamento de Tributos de Capela do Alto, por meio do telefone (15) 32678290.

4 - OBRIGAÇÕES

4.1 - São obrigações da CONTRATADA:

4.1.1 - Executar os serviços, tal qual descritos no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o procedimento, com todas as especificações técnicas, estejam estas explicitadas ou não nos autos, notadamente aquelas que decorrem de normas regulamentares, sem prejuízo de outras obrigações que possam estar discriminadas no ajuste ou dele façam parte integrante.

4.1.2 - Observar os prazos e demais condições previstas para a perfeita execução do objeto.

4.1.3 - Não assumir em nome da Contratante quaisquer compromissos perante terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, devendo responsabilizar-se integralmente por qualquer dano causado a outrem em decorrência de seus atos ou de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.1.4 - Encaminhar à Administração, para os efeitos legais, a respectiva nota fiscal acompanhada dos documentos que se façam necessários, discriminando, quando pertinente, as indicações referentes a marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, ou detalhamento dos serviços, sem prejuízo de cumprir eventuais exigências necessárias à liquidação da despesa.

4.1.5 - Em se tratando de materiais ou bens, e se pertinente, entregar à Administração o manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.1.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto.

4.1.7 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, o objeto apresentado com avarias, defeitos ou imperfeições, em se tratando de bens ou materiais, procedendo de igual modo quando se tratar de serviços; em qualquer caso caberá à Administração verificar a conformidade ou a desconformidade do objeto e a sua aceitação ou recusa, sempre materializada na forma legal.

4.1.8 - Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do evento respectivo, os motivos que impossibilitem ou dificultem o cumprimento dos prazos previstos para a execução do objeto, com a devida comprovação.

4.1.9 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

4.1.10 - Indicar preposto(s) para representá-la durante a execução do contrato.

4.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

4.2.1 - Propiciar à Contratada todos os meios que estejam à sua disposição para a boa execução do ajuste e prestar as informações que sejam solicitadas para tal fim.

4.2.2 - Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

4.2.3 – Verificar a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no edital.

4.2.4 – Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.2.5 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidor especialmente designado, conforme o caso.

4.2.6 – Verificar as comprovações e declarações da Contratada por ocasião da celebração do contrato e aditamentos, em havendo, no tocante à manutenção das condições de habilitação.

4.2.7 – Efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado e das condições que estejam estabelecidas na lei e no contrato.

4.2.8 – Receber o objeto, definitivamente, quando o caso, tomando todas as providências dali decorrentes.

4.2.9 – Fornecer, quando solicitado(s), atestado(s) de capacidade técnica em razão da execução do ajuste.

5 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A periodicidade da medição será a seguinte: mensal, durante 9 meses.

O pagamento deverá ser realizado mediante entrega de NFe e Relatório de Atividade.

O prazo para o pagamento será de 28 dias corridos após a entrega e aceite da nota.

6 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do Contrato, ou instrumento equivalente, será executada pela responsável a servidora: Vanessa Vitorino de Almeida

7 - VIGÊNCIAS

O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.

O contrato terá vigência por 9 (nove) meses a contar de sua assinatura.

8 - SANÇÕES

8.1- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.2- Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, a Prefeitura aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantida a defesa prévia.

8.3 - Advertência;

8.3.2- Multa de até 1,5% (uma vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias de atraso na entrega.

8.3.3- Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias pelo descumprimento a quaisquer cláusulas.

8.4 - Em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a prefeitura a aplicar as sanções aqui prevista podendo o contrato ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

8.5 - A recusa da licitante declarada vencedora em assinar o contrato, ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo previsto neste edital, caracterizará descumprimento integral das obrigações assumidas na proposta, sujeitando-a, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

8.6 - O contrato será rescindido, se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93. 13.1.8- A aplicação das penalidades previstas neste edital e na LEI não exonera à inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

8.7 - No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos do CONTRATANTE em aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação e os contratos.

8.8 - A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

8.9 - A aplicação das penalidades não impede o CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

9 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 - Atestado(s) de capacidade técnico operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade igual ou similar:

- Vetorização;
- Aerolevanteamento;
- Fornecimento de sistema de informação geográfica;
- Criação de layers.

• As exigências de qualificação técnica têm como objetivo garantir a qualidade, compatibilidade e confiabilidade das licitantes para a prestação dos serviços e manutenção dos produtos, evitando desta forma incalculáveis prejuízos para a Administração Pública.

• As exigências dispostas para apresentação do atestado de capacidade técnica são os requisitos mínimos para que a empresa seja considerada apta a realizar os serviços contratados por esse município.

• A contratante reserva-se o direito de realizar diligências e comparecer aos locais indicados nos atestados e demais documentos, para confirmação das informações contidas e comprovação da boa execução e eficiência dos serviços, com base no § 3º, art. 43 da Lei 8.666/93.

• Os atestados deverão conter as informações necessárias para a averiguação dos critérios técnicos, não sendo aceitos atestados incompletos ou que não atendam claramente todas as exigências contidas no edital.

9.2 - Prova de inscrição da empresa no Ministério da Defesa como entidade privada executante de aerolevanteamento, categoria "A".

• Tal exigência se faz necessária haja vista a realização de serviços de aerolevanteamento, atividade regulamentada pelos Decretos nº 2.278, de 17/7/1997 e Decreto-Lei 1.177, de 21/06/71.

9.3 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida por um desses órgãos da jurisdição da sede da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

9.4 - Indicação da equipe técnica que efetivamente realizará os serviços, sendo composta, no mínimo, pelos profissionais de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrimensor, Tecnólogo em Processamento de Dados, e Bacharel em Direito com OAB, para cada indicação será necessário apresentar comprovação de inscrição no conselho de classe competente (se for o caso), o diploma de graduação, vínculo com a licitante.

9.4.1 - A comprovação do vínculo dos profissionais deverá ser feita através da apresentação de um dos seguintes documentos: No caso de ser sócio proprietário da empresa, por meio da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial; No caso de empregado da empresa, por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando o vínculo empregatício do profissional na empresa licitante; No caso de profissionais que detenham vínculo por meio de contrato de prestação de serviços, a comprovação do vínculo profissional com a empresa se dará por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional a empresa proponente até a data prevista para a apresentação do documento.

9.5 – Emitir declaração de que sagrando-se vencedora:

Disponibilizará 1 (um) funcionário no município da contratação do serviço em tempo integral do contrato para trabalho de campo de recolhimento de dados do Cemitério, Postes e Munícipes.

Fornecerá Software próprio feito em PHP E LARAVEL (Linguagem de programação).

10- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

10.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

10.1.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.1.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada de forma objetiva pelo Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Grau do Endividamento (GE), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$ILC = AC/PC > \text{ ou } = 1,0$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$ILG = AC + RPL + RPL / PC + ELP > \text{ ou } = 1,0$$

GRAU DO ENDIVIDAMENTO:

$$GE = (PC + ELP) / AT < \text{ ou } = 0,50$$

EM QUE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

AC = ativo circulante
PC = passivo circulante
RLP = realizável a longo prazo
ELP = exigível a longo prazo
AT = ativo total

12.2. Prova de possuir capital social integralizado não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação, isto é, R\$ 23.066,66, mediante verificação dos atos constitutivos do licitante, admitida a atualização dos valores através de índices oficiais, conforme permitido pelo artigo 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 038/2023

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 001/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aerolevanteamento, conforme as as descrições constantes no anexo I do edital.

OBJETO DETALHADO: Contratação de empresa visando a aquisição e implementação de software, projeto de modernização e gestão pública com inteligência fiscal para Prefeitura Municipal de Capela do Alto/SP.

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

DADOS DO LICITANTE		
DENOMINAÇÃO:		
ENDEREÇO:		
CEP:	FONE	FAX
E-MAIL:	CNPJ:	

ITEM	Qty.	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
1	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
2	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL POSTES DE ILUMINAÇÃO		
3	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL NOVOS CADASTROS DE LOTES		

PROPOSTA COMERCIAL

Propomos executar, por preço global, o objeto do **Pregão nº ____/2023** que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para atualização e regularização da base cartográfica e cadastral do município de Capela do Alto, conforme as descrições constantes no anexo I do edital.**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (**ANEXO I**).

VALOR TOTAL DA PROPOSTA

R\$ _____ (_____ reais), incluindo todos os encargos operacionais e tributos devidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (mínimo 60 dias)

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: pessoal, tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

DECLARO sob as penas da lei, que os serviços/produtos ofertados atendem todas as especificações do Termo de Referência.

....., em ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 038/2023

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 001/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO E A EMPRESA _____

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO**, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.077/0001-14, isenta de Inscrição Estadual, com sede administrativa na Praça São Francisco, 26 - Capela do Alto - São Paulo neste ato representada pelo Prefeito Municipal, PERICLES GONÇAVES, RG nº xx.xxx.xxx e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante designada **CONTRATANTE** e a empresa:

Denominação:

CNPJ:

Dados bancários:.....

Endereço:

Telefone:.....

Email:.....

Representada na forma de seu contrato social pelo Sr(a.) _____, RG nº. ____ e CPF nº _____, na qualidade de vencedora do **Pregão n.º ____/2023**, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, Lei Federal N.º. 10.520, de 17 de julho de 2002, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aerolevanteamento, conforme as as descrições constantes no anexo I do edital.

OBJETO DETALHADO: Contratação de empresa visando a aquisição e implementação de software, projeto de modernização e gestão pública com inteligência fiscal para Prefeitura Municipal de Capela do Alto/SP.

ANEXO I que faz parte integrante deste instrumento.

1.2- Consideram-se parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

1.2.1- Edital do PREGÃO nº ____/2023 e seus Anexos;

1.2.3- Ata da sessão do PREGÃO nº ____/2023.

1.3- O objeto da presente contratação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

2.1- A execução dos serviços constantes deste Contrato terá início na data da assinatura deste contrato.

2.1.1- A CONTRATADA assume a responsabilidade exclusiva de utilização de pessoal necessário à execução deste Contrato, inclusive, aos encargos trabalhistas e previdenciários, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

2.1.2- No caso de execução de serviços extraordinários que, no decorrer da execução deste Contrato, vierem a ser necessários e que não estiverem previstos no Termo de Referência, o pedido deverá ser submetido à apreciação da CONTRATANTE para a eventual autorização.

2.1.3- Dar-se-á por completa a presente licitação quando a CONTRATADA completar totalmente a execução dos serviços objeto deste Contrato.

2.2 - Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

2.2.1 - Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do **ANEXO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

I, determinando sua substituição;

2.2.2 - Determinar sua complementação se houver divergência do objeto acordado.

2.3 - Adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **dois dias úteis**, contados do recebimento pelo Pregoeiro.

2.4 - Na execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá observar a legislação federal, estadual e municipal pertinentes, bem como, garantir o pagamento de todas as despesas de sua responsabilidade, inclusive, encargos trabalhistas, tributário e securitário incidente sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E REAJUSTE

3.1 - O prazo de vigência deste contrato é de 9 (nove) meses, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, obedecido o disposto na Lei 8666/93. Havendo prorrogação do presente contrato o valor do mesmo poderá ser reajustado após doze meses da data de sua assinatura, tomando por base a variação do IPCA/IBGE no período, ou sendo este extinto, naquele que o substituir, obedecendo-se as normas legais, notadamente, as inseridas nas Lei Federais nº 10.192/2001 e nº 8.666/1993.

3.2 - A contratada fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite o 25% do valor inicial atualizado do contrato, obedecido o disposto na lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR, RECURSOS, PAGAMENTO E EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

4.1- A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pelo preço total constante da sua oferta na sessão pública do pregão, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas e demais despesas de qualquer natureza.

4.2- O valor total do presente contrato é de R\$ _____
(_____).

ITEM	Qty.	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
1	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
2	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL POSTES DE ILUMINAÇÃO		
3	9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO, DELIMITAÇÃO E MAPEAMENTO DA ÁREA TOTAL NOVOS CADASTROS DE LOTES		

4.2.1 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

4.2.2 - Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a CONTRATADA se obriga em fornecer, à cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

dessas ocorrências.

4.2.3 - Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

4.2.4 - O objeto deste contrato deverá ser entregue pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos "ex nunc", não retroagindo, em nenhuma hipótese.

4.2.5 - O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e editalícias.

4.2.6 - A obrigatoriedade da futura contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigorará para todo o exercício, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.

4.3 - A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros:

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Categoria Econômica
020309	04.123.0015.2015.0000	3.3.90.39.00

4.4 - O pagamento será efetuada em conta corrente da contratada, após a efetivação da entrega, devendo apresentar a respectiva Nota Fiscal, preenchida sem rasuras, contendo o nº da Nota de Empenho, discriminação, quantitativo, modalidade de licitação, preço unitário e preço total do(s) serviço(s), devidamente certificada pelo setor competente da Prefeitura responsável pelo contrato;

4.4.1 - A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na **CONTRATANTE**;

4.4.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

4.4.3 Para recebimento pela entrega de bens e serviços, o prestador do serviço deverá entregar a seguinte documentação, nos termos do Capítulo III da Lei 8666/ ou da Lei 14.133/2021, quando aplicável, os seguintes documentos:

- a) A nota fiscal deve fazer referência ao número do processo licitatório, o período a que se refere a prestação do serviço e conter o atesto no documento fiscal (data, assinatura e carimbo do gestor do contrato ou pessoal responsável pelo bem ou material adquirido);
- b) Relatório dos serviços prestados;
- c) Atestado de medição com a liberação de pagamento completo (apenas quando se tratar de contrato de prestação de serviço/obra), devendo ser elaborado pela secretaria mediante regular conferência;
- d) Certidão de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união;
- e) Certidão negativa do FGTS;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- g) Certidão negativa de débitos fiscais estadual/distrital (referente ao domicílio do prestador, pesquisar na secretaria de estado da fazenda);
- h) Certidão negativa de débitos fiscais municipais (referente ao domicílio do prestador);
- i) Guia do FGTS da competência anterior e comprovante de recolhimento;
- j) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP) atual e-Social;
- k) Guia do INSS do mês anterior e Comprovante de Recolhimento
- l) Guia do IRRF do mês anterior e Comprovante de Recolhimento;
- m) Guia do DAS do mês anterior e comprovante de recolhimento (se optante);
- n) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Fiscais - DCTF



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

- o) Cópia da folha de pagamento dos empregados
- p) Relatório de Frequência dos funcionários (se possível, eletrônico)
- q) Declaração de optante pelo Simples (se optante);
- r) Demais documentos exigidos por Lei, ainda que não mencionados em contrato.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2- Designar, por escrito, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a vigência deste contrato;

5.5- Responder pelos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste Contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.6- Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

5.7- Não suspender o cumprimento de suas obrigações e tolerar os possíveis atrasos de pagamentos, no prazo previsto no artigo 78, inciso XV da Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores);

5.8 - Executar os serviços, tal qual descritos no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o procedimento, com todas as especificações técnicas, estejam estas explicitadas ou não nos autos, notadamente aquelas que decorrem de normas regulamentares, sem prejuízo de outras obrigações que possam estar discriminadas no ajuste ou dele façam parte integrante.

5.9 - Observar os prazos e demais condições previstas para a perfeita execução do objeto.

5.10 - Não assumir em nome da Contratante quaisquer compromissos perante terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, devendo responsabilizar-se integralmente por qualquer dano causado a outrem em decorrência de seus atos ou de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.11- Encaminhar à Administração, para os efeitos legais, a respectiva nota fiscal acompanhada dos documentos que se façam necessários, discriminando, quando pertinente, as indicações referentes a marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, ou detalhamento dos serviços, sem prejuízo de cumprir eventuais exigências necessárias à liquidação da despesa.

5.12 - Em se tratando de materiais ou bens, e se pertinente, entregar à Administração o manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.13 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto.

5.14 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, o objeto apresentado com avarias, defeitos ou imperfeições, em se tratando de bens ou materiais, procedendo de igual modo quando se tratar de serviços; em qualquer caso caberá à Administração verificar a conformidade ou a desconformidade do objeto e a sua aceitação ou recusa, sempre materializada na forma legal.

5.15 Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do evento respectivo, os motivos que impossibilitem ou dificultem o cumprimento dos prazos previstos para a execução do objeto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1- Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste Contrato, do Edital de Pregão Presencial nº ___/2023 e respectivos anexos, em especial, as definidas na legislação vigente, a CONTRATANTE ficará obrigada a:

6.2- Fornecer todas as informações e documentos necessários da perfeita execução deste Contrato, bem como exercer a respectiva fiscalização dos serviços;

6.3- Efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado e das condições que estejam estabelecidas na lei e no contrato;

6.4- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidor especialmente designado, conforme o caso;

6.5- Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.6 – Verificar as comprovações e declarações da Contratada por ocasião da celebração do contrato e aditamentos, em havendo, no tocante à manutenção das condições de habilitação;

6.7 – Receber o objeto, definitivamente, quando o caso, tomando todas as providências dali decorrentes;

6.8 – Fornecer, quando solicitado(s), atestado(s) de capacidade técnica em razão da execução do ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO E SANÇÕES

7- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

7.1- Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, a Prefeitura aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantida a defesa prévia.

7.1.1- Advertência;

7.1.2- Multa de até 1,5% (uma vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias de atraso na entrega.

7.1.3- Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, até 10 (dez) dias pelo descumprimento a quaisquer cláusulas.

7.1.4- Em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a prefeitura a aplicar as sanções aqui prevista podendo o contrato ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

7.1.5- A recusa da licitante declarada vencedora em assinar o contrato, ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo previsto neste edital, caracterizará descumprimento integral das obrigações assumidas na proposta, sujeitando-a, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total.

7.1.6- O contrato será rescindido, se ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93. 13.1.8- A aplicação das penalidades previstas neste edital e na LEI não exonera à inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

7.1.7- No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos do CONTRATANTE em aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação e os contratos.

7.1.8- A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

7.1.9- A aplicação das penalidades não impede o CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR DO CONTRATO

8.1 – A gestão do presente contrato ficará sobre a responsabilidade do Sra. Vanessa Vitorino de Almeida

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro da Comarca de Tatuí.

9.2- E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

Capela do Alto/SP, em ___ de _____ de 2023.

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

1- _____

2 - _____

Nome:

RG nº:

Nome:

RG nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº ____/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) nº ____/2023

Eu _____(nome completo), RG nº. _____, representante credenciado da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão nº ____/2023, realizado pela Prefeitura Municipal de Capela do Alto, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Data e assinatura do representante

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PROCESSO ADMINISTRATIVO nº ____/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) nº ____/2023

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, **estando apta**, portanto, a participar do procedimento licitatório do **Pregão nº ____/2023**, realizado pela Prefeitura Municipal de Capela do Alto.
Capela do Alto/SP,

Assinatura do representante

Nome:

RG nº:

Data e assinatura representante

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº ____/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) nº ____/2023

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(nome da pessoa jurídica), interessada em participar do **Pregão Presencial nº ____/2023**, da Prefeitura Municipal de Capela do Alto declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº. 6544, de 22 de novembro de 1989, a _____(nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

Data e assinatura do representante legal da empresa

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE

À Comissão Permanente de Licitação do **Pregão n° ____/2023**, da Prefeitura Municipal de Capela do Alto.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade **PREGÃO, sob n° ____/2023**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Capela do Alto, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de _____ de 2023.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente)

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - **PREGÃO N° ____/2023**, da Prefeitura Municipal de Capela do Alto

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade **Pregão, sob n° ____/2023**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Capela do Alto, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto nas Leis n° 8.666/93 e 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão n° ____/2023**, realizado pela Prefeitura Municipal de Capela do Alto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2023.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

Praça São Francisco, 26 - Fone/Fax 15 3267-8800
CEP 18195-000 - Capela do Alto - Estado de São Paulo
CNPJ 46.634.077/0001-64

ANEXO IX - TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aerolevanteamento

(Empresa), interessada em participar do Pregão nº ___/2023, da Prefeitura Municipal de Capela do Alto, por seu representante legal DECLARA sob as penas da lei e para os devidos fins, que visitou e inspecionou o local dos serviços objeto da presente licitação, objetivando o pleno conhecimento das condições locais da região onde estes serão executados, da natureza e do escopo dos mesmos, e ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução.

Capela do Alto, _____ de _____ de 2023.

Representante legal da Empresa _____

Endereço _____ CEP _____

RG. _____ CPF _____

TEL/FAX _____ E-mail _____

Carimbo da empresa (CNPJ)